

Desafios da comunicação estratégica em saúde: o caso da resistência aos antimicrobianos^{1, 2}

Ana Teresa GOTARDO³

Ana Cristina GALES⁴

Arnaldo Lopes COLOMBO⁵

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

A resistência aos antimicrobianos (RAM) representa uma das maiores ameaças globais à saúde, com cerca de 5 milhões de mortes anuais e projeção de 10 milhões até 2050. Apesar do apoio internacional a planos nacionais de mitigação, que reconhecem a importância da comunicação, mas a relegam a papel secundário, há escassa produção acadêmica em comunicação estratégica sobre RAM, dominada por perspectivas da saúde com pouca ou nenhuma integração com as ciências da comunicação. Este artigo apresenta um panorama sobre dois documentos, a *Global research agenda for antimicrobial resistance in human health* (OMS) e o *PAN-BR 2018-2022* (Ministério da Saúde), problematizando o tratamento dado à pesquisa em comunicação e à comunicação estratégica, que deveriam ocupar espaço central no debate.

Palavras-chave: comunicação em saúde; comunicação estratégica; resistência aos antimicrobianos; relações públicas.

A resistência aos antimicrobianos é reconhecida como uma ameaça à saúde global. Em linhas gerais, o conceito se refere aos microrganismos, bactérias, fungos, vírus e parasitas, que evoluem e se tornam resistentes aos medicamentos que deveriam combatê-los, os chamados antimicrobianos (antibióticos, antifúngicos, antivirais e anti-parasitários). Trata-se de um processo de seleção natural que é acelerado pela ação humana sobre o mundo, como: uso e descarte indevido de medicamentos, redes de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Gestão de comunicação e estratégias comunicacionais, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), CEPID ARIES, processo nº 2021/10599-3.

³ Doutora em Comunicação pela UERJ. Relações Públicas na Unifesp. Gestora de Difusão do CEPID ARIES. E-mail: ana.gotardo@unifesp.br.

⁴ Doutora em Infectologia pela Unifesp. Professora Titular da Unifesp. Vice-coordenadora do CEPID ARIES. E-mail: ana.gales@unifesp.br.

⁵ Doutor em Infectologia pela Unifesp. Professor Titular da Unifesp. Coordenador do CEPID ARIES. E-mail: arnaldo.colombo@unifesp.br.

esgoto inadequadas, poluição, falta de cuidados básicos com saúde e higiene, dentre outros. Há também um forte componente social nesse processo, sendo os países do Sul Global afetados de forma distinta aos do Norte Global.

Estima-se que cerca de 4,95 milhões de pessoas tenham morrido em decorrência de infecções bacterianas resistentes em 2019. Há estimativas que esse número chegue a até 10 milhões por ano em 2050, superando as mortes por câncer (Antimicrobial Resistance Collaborators, 2022). Pesquisadores chegam a se referir à RAM como uma pandemia invisível (Laxminarayan, 2022). Nesse sentido, a OMS, outros organismos internacionais e especialistas de áreas da saúde humana, animal e ambiental reconhecem a urgência do problema, que demanda uma resposta global integrada.

A complexidade da questão, no entanto, torna essa resposta também complexa. Trata-se de uma questão que envolve desde a compreensão de como se dão os processos de desenvolvimento da resistência por parte de diversos microrganismos até a implantação de políticas públicas eficazes. E, nesse contexto, os múltiplos públicos que precisam ser atingidos por essas ações.

Um ponto importante já reconhecido por agências internacionais e pesquisadores da área da saúde é a necessidade de ações de comunicação, com o intuito de sensibilizar os públicos para a RAM, especialmente porque as pesquisas demonstram que um de seus grandes causadores é o uso indiscriminado de antimicrobianos. Algumas políticas públicas já contribuíram para o controle do uso de antibióticos; porém, antifúngicos ainda podem ser comprados sem receita. E, apesar do controle da venda de antibióticos de uso humano no Brasil, ainda há diversos fatores que contribuem para seu uso indiscriminado.

Por fim, ressalta-se também o uso indiscriminado de antimicrobianos em animais, seja na pecuária ou animais de companhia, além da agricultura. Trata-se de um ciclo que envolve as saúdes humana, animal e ambiental que impacta na saúde de todos e do meio ambiente, entendido como perspectiva *One Health* (Saúde Única, Uma Saúde ou Uma Só Saúde, termo ainda não padronizado em português).

Essa rápida apresentação do quadro da RAM, ainda que sem o aprofundamento necessário, já aponta que o tema é de interesse público, pois afeta a vida cotidiana e o direito à saúde. Nesse sentido, as ações devem ser pensadas de forma coordenada, estratégica e integradas a diversas áreas de conhecimento: entre elas, a comunicação. Porém, a comunicação tem sido abordada de forma tecnicista, como transmissão de

informação, pelos órgãos governamentais e OMS, sem considerá-la como processo social e fenômeno (Kunsch, 2018). Teóricos do campo, como Rangel e Natansohn (2011), questionam essa visão há anos, ao afirmar que compreender a complexa relação entre cultura, comunicação e saúde exige abandonar encontros interdisciplinares meramente instrumentais ou reduzidos à simples transmissão de informação.

A visão tecnicista da comunicação ignora etapas cruciais para o planejamento estratégico, como a pesquisa, sem a qual não se constroem diagnósticos precisos, base essencial para sua eficiência (Kunsch, 2003). Kunsch (2018, p.22) evidencia que “a complexidade dos tempos atuais [...] exige das organizações uma nova postura e uma comunicação estrategicamente planejada”, visão que vai ao encontro da necessidade de comunicação pública do tema, entendendo a comunicação pública como

estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos. (Koçouski, 2013, p.54)

A importância da RAM e a responsabilidade pública no que diz respeito também ao direito à comunicação como parte do direito à saúde requerem, portanto, a construção de um planejamento em comunicação sólido, com foco em “melhorar a vida das pessoas pela comunicação” (Duarte, 2009). Para tanto, a pesquisa constitui etapa essencial tanto para a elaboração quanto para o desenvolvimento do planejamento estratégico (Kunsch, 2003), embora se observe, atualmente, a ausência de investimentos nessa fase.

Isso pode ser evidenciado a partir de uma breve análise crítica de dois importantes documentos. O primeiro, *Global research agenda for antimicrobial resistance in human health* (WHO, 2024), definiu 33 temas prioritários de pesquisa e nenhum deles inclui comunicação. Ela aparece apenas como suporte técnico para mudança de comportamentos (prioridade 28) e implementação de políticas públicas (prioridade 29). Vale ressaltar que, em seu site, a OMS destaca que a agenda é destinada a formuladores de políticas, pesquisadores, financiadores e outros atores, visando transformar as prioridades em ações.

O segundo documento, intitulado *Plano de ação nacional de prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos no âmbito da saúde única 2018-2022* (PAN-BR)

(Brasil, 2019), foi construído de forma conjunta com diversos ministérios e sob a perspectiva *One Health*. Ele estabelece alguns objetivos estratégicos para a mitigação da RAM. O objetivo estratégico 1, “Melhorar a conscientização e a compreensão a respeito da AMR por meio de comunicação, educação e formação efetivas” (p.10), traz o subitem 2, “Promover estratégias de comunicação e educação em saúde a fim de aumentar o alerta sobre a AMR [sigla em inglês] para profissionais e gestores com atuação na área de saúde, sociedade e setor regulado, na perspectiva de ‘Saúde Única’”. Ainda dentro dele, destaca-se a atividade: “Elaborar e implementar Plano Nacional de Comunicação sobre o tema AMR para profissionais e gestores com atuação nas áreas de saúde humana, animal e ambiental, sociedade civil, setor regulado e movimentos sociais” (p.10). Já o objetivo estratégico 2, “Fortalecer os conhecimentos e a base científica por meio da vigilância e pesquisa”, propõe a criação de uma agenda, sem especificar temas prioritários.

O reconhecimento da necessidade de elaborar e implementar um plano de comunicação é, por si só, um grande avanço. Não há, no entanto, legislação que garanta a destinação de orçamento para sua implantação ou sua transformação em política de estado, tampouco há publicização ou mesmo um relatório de acompanhamento de seus resultados. Em relação à agenda de pesquisa, também não há documento com as prioridades estabelecidas, o que dificulta o acompanhamento e avaliação das propostas, além de não sabermos se a comunicação em saúde está incluída como prioridade.

Nesse sentido, é possível reconhecer os esforços de organismos internacionais e entes governamentais para a mitigação da RAM, que tem se traduzido em investimento constante (financeiro, de pesquisa, estratégico) em sua compreensão no âmbito das ciências da saúde, e em desenvolvimento e implantação de políticas públicas eficazes. No entanto, a comunicação tem sido vista como suporte técnico, não como ponto estratégico – e isso precisa mudar, começando pelo investimento em pesquisas em comunicação em saúde, especialmente as focadas na RAM, salientando que essas pesquisas são a base necessária para o diagnóstico que levará a um planejamento estratégico consistente e condizente com os princípios da comunicação pública. A resistência aos antimicrobianos encontra na comunicação uma aliada necessária, capaz de trazer soluções adequadas para contextos sociais também complexos, contribuindo

de forma inequívoca para a mitigação de problema com impacto direto na vida de milhões de pessoas.

Referências

ANTIMICROBIAL Resistance Collaborators. Global burden of bacterial antimicrobial resistance in 2019: a systematic analysis. **The Lancet**, v. 399, p. 629–55, jan. 2022. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02724-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02724-0). Acesso em 03 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Plano de ação nacional de prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos no âmbito da saúde única 2018-2022 (PAN-BR)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/antimicrobianos/plano-nacional-antimicrobianos-pan-br-14fev19-isbn.pdf/view>>. Acesso em 04 mar. 2026.

DUARTE, Jorge. **Instrumentos de Comunicação Pública**. ABCPÚBLICA, 2009. Disponível em: <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Instrumentos-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%ABlica.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2026.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza. **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 41-57.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 33, p. 13-24, nov. 2018. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 mar. 2026.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2003.

LAXMINARAYAN, Ramanan. The overlooked pandemic of antimicrobial resistance. **The Lancet**, v. 399, n. 10325, p. 606-607, fev. 2022. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00087-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00087-3). Acesso em 03 mar. 2026.

RANGEL, ML., and NATANSOHN, G. Comunicação e saúde: sob o signo da tuberculose. In: PORTO, CM., BROTAS, AMP., and BORTOLIERO, ST. (orgs). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 179-198.

WHO. Global research agenda for antimicrobial resistance in human health. Geneva: World Health Organization; 2024. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240102309>>. Acesso em 04 mar. 2026.